

A condição operária e o movimento sindical na Rússia*

*David Mandel***

Resumo:

Este artigo discute as transformações na situação operária e no movimento sindical russo ocorridas após o governo de Gorbachev, levantando os principais problemas e desafios enfrentados atualmente pelos trabalhadores daquele país.

A condição operária

Desde o lançamento das “reformas radicais”, em 1992, o regime neoliberal, incentivado pelo G-7, transformou a sólida segurança econômica e o nível de vida modesto dos trabalhadores russos numa situação de instabilidade e de pobreza quase absolutas.

Sob o antigo sistema os trabalhadores desfrutavam não só do pleno emprego como da segurança de mantê-lo por toda a vida. O “salário social” — saúde e educação gratuitos, pensões, moradia e serviços fortemente subsidiados, lazer, atividades culturais, transporte coletivo e alimentos também subsidiados — equivalia em 1984, segundo certos cálculos, a dois terços do salário individual.

Contudo, não se deve idealizar esta situação. Um trabalhador podia perder seu emprego por dissidência ou simplesmente por ter sido apontado pelo diretor como um “fator de perturbação”. Isto não chegava a ser freqüente, mas era o bastante para manter os outros trabalhadores “na linha”. Além disso, a corrupção reduzia a real dimensão do “salário social”, pois a prática de “presentes” em bens e serviços raros era amplamente admitida e os trabalhadores leais recebiam inúmeras vantagens.

Apesar destes fatos, a segurança econômica estava tão profundamente arraigada na vida do povo que ele simplesmente não podia imaginar outra situação. Era uma época, como dizem hoje os trabalhadores, em que “nós não tínhamos porque nos preocupar com o dia de amanhã”. É verdade que, pelos critérios

* Tradução de Ilse Gomes Silva, Joana Aparecida Coutinho e Tânia Maria Marossi, da PUC-SP, revisão técnica de Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, Departamento de Política e Pós-Graduação da PUC-SP.

** Sociólogo da Universidade do Quebec, Canadá e autor de vários livros sobre o movimento sindical russo, um dos fundadores da Escola para a Democracia Operária, de Moscou.

ocidentais, o salário em dinheiro era baixo, mas o nível de vida global estava bem acima do nível de vida dos trabalhadores dos países do Terceiro Mundo.

Mas a “terapia do choque” confinou os trabalhadores russos em condições terceiro-mundistas. A renda real da grande maioria corresponde a menos de um terço do valor que prevalecia no período anterior às “reformas”. As economias dos trabalhadores foram destruídas em 1992, quando o governo provocou a “hiperinflação”. O “salário social” foi drasticamente reduzido. A taxa de desemprego está acima de 25%.¹ Os que estão empregados são pagos irregularmente, às vezes com meses de atraso.

O regime também desapropriou os trabalhadores dos meios de produção que, antes da “reforma”, eram em sua quase totalidade de propriedade pública. No processo de privatização forçada e profundamente corrupta, uma enorme riqueza — e com ela o poder econômico — foi transferida quase gratuitamente para um pequeno grupo de pessoas.

Para a maioria, o único ganho real foram as liberdades políticas formais (introduzidas pelo governo de Gorbachev). Neste período, o Estado não recorreu, senão raramente, à força contra o movimento operário, mesmo contra as greves ilegais ou atos de desobediência civil.²

As causas da debilidade

Há duas décadas o capital tomou a ofensiva em escala mundial. Mas em parte alguma a regressão da condição operária se revelou tão dramática quanto na Rússia. Entretanto, no início das “reformas”, a classe operária ainda constituía a esmagadora maioria da população. Tinha um alto nível de escolaridade, era massivamente sindicalizada e apegada aos valores democráticos, de justiça social e de igualdade.³ Por outro lado, o novo Estado capitalista era débil: sua base social burguesa era embrionária e carente de legitimidade; o aparelho de repressão, a polícia e o Exército, não eram confiáveis no caso de um enfrentamento com o povo.

Três fatores interligados ajudam a compreender a debilidade da classe operária: a herança da ditadura burocrática; o contexto internacional desfavorável e a crise econômica.

a) a herança da ditadura burocrática

Um dos traços marcantes do antigo regime era sua intolerância diante de qualquer organização social independente. A característica totalitária do Estado

1. Conforme suplemento do jornal *Solidarnost*, nº 8, 1998.

2. É desnecessário dizer que os direitos políticos formais, por si sós, não equivalem à democracia, mesmo à democracia burguesa. A constituição russa os introduziu em seguida a um falso referendo, após o violento golpe de Estado de outubro de 1993 que suprimiu o parlamento democraticamente eleito. Esta constituição confere um poder quase total ao presidente. Ver Mandel, D. “The russian working class and labour movement in year four of shock therapy”. In: Mandel, D. (org). (1996). *The former “State socialist” world*. Montreal, Black Rose Press.

3. D. Seppo (Mandel). (1990). “Os espinhos do mercado”. *Inprecor*, 15 a 28 de junho.

era necessária para compensar a fragilidade de seus fundamentos sociais e ideológicos. Sem propriedade privada como base sólida de poder e com uma legitimidade das mais frágeis, os membros da burocracia viviam constantemente com medo diante da classe operária. Afinal, o sistema era oficialmente socialista, portanto democrático e igualitário.

Acima de tudo, era este medo que impedia a transformação da burocracia em classe proprietária, em burguesia e, a estabilidade da condição social que ela cobiçava. Por volta de 1990, quando suas reformas frustradas minaram irremediavelmente o poder burocrático, Gorbachev finalmente optou por uma restauração capitalista. Mas seu medo da reação popular o impediu de agir de maneira decidida, o que aliás, ele não escondeu ao responder aos seus impacientes adversários liberais.

Entretanto, após a queda do regime soviético, a classe operária mostrou-se incapaz de influenciar a política do novo regime. A solidariedade e a capacidade de se auto-organizar só poderiam surgir de uma experiência de luta coletiva que a maioria dos trabalhadores não possuía. É certo que o movimento operário organizado durante o governo de Gorbachev teve um importante papel na queda do regime. Mas não foi um papel verdadeiramente independente e o movimento se restringiu a uma minoria da classe operária. As forças da "revolução pelo alto" (dentro e fora da burocracia) puderam se servir do movimento popular para seus próprios fins. É evidente que, se o regime burocrático fosse derrubado por uma revolução popular, *letsin* teria encontrado muito mais dificuldades em seguir sua "reforma". Para evitar uma eventual mobilização popular, os estrangeiros liberais promoveram de bom grado uma aliança com os elementos pró-capitalistas da burocracia.

Um outro obstáculo residia na visão corporativa que impregnava a classe operária. A sociedade soviética era profundamente contraditória: uma ditadura totalitária do partido-Estado erigida sobre uma economia nacionalizada e planificada (ou tecnocrática), cuja ideologia oficial era uma mistura de marxismo vulgar e nacionalismo. Se o aparato repressivo que enquadrava as relações sociais propagou entre trabalhadores o sentimento do "nós" contra "eles" (os patrões), esta oposição era mitigada por um forte espírito corporativo.

A burocracia era organizada de forma hierárquica. Cada administrador estava submetido a seus superiores e isto atenuava a percepção do "nós contra eles", na medida em que os trabalhadores podiam encontrar seu lugar nos degraus inferiores desta hierarquia. A burocracia não era um grupo compacto e estável. A maior parte dos últimos dirigentes da União Soviética não era constituída por filhos de administradores. Os trabalhadores assíduos e leais eram encorajados a prosseguir seus estudos, o que lhes abria o caminho de uma carreira administrativa. Inversamente, era raro os filhos de burocratas ingressarem na burocracia política ou econômica. Preferiam outros setores mais privilegiados, como o jornalismo ou a ciência.

Ainda mais importantes eram relações clientelísticas. Após Stalin, o sistema conheceu progressiva descentralização *de facto*. Nestas condições, o duplo papel

do diretor de empresa, do ministro ou do primeiro secretário do comitê regional do Partido era muito importante. Eles representavam o Estado central em suas unidades de produção, nos setores econômicos ou nas regiões, mas defendiam, ao mesmo tempo, os empregos e os habitantes da região frente ao poder central.

A importância do “salário social”, administrado em grande parte pelas empresas, assim como a prática, cada vez mais difundida, da distribuição de bens de consumo raros por intermédio delas, reforçavam igualmente as atitudes corporativas. Isto era explorado pelas direções para obter concessões dos trabalhadores (especialmente no que refere a horas-extras e trabalho no fim de semana), para possibilitar que as empresas cumprissem seus planos. É claro que qualquer recusa comportava um certo risco. Mas a resposta geralmente positiva dos trabalhadores se explicava pelo fato de que eles imaginavam seus interesses como vinculados aos de “sua empresa” e portanto de sua direção.

Em troca, além do “salário social” administrado pela empresa e do emprego garantido, a direção concedia aos trabalhadores uma certa flexibilidade quanto aos horários de trabalho e fechava os olhos para certas violações da disciplina. Ela cuidava para que os trabalhadores recebessem seus prêmios, mesmo quando seu mérito não fosse justificado pelos resultados da produção.

As atitudes corporativas ainda são muito presentes. A esmagadora maioria dos sindicatos continua a ser composta por funcionários de direção da empresa, incluindo o diretor geral, e perseguem sempre uma política de colaboração subalterna com a administração. Esta não é mais legitimada pelas características supostamente socialistas da economia, mas pela ideologia da “parceria social”.

A incapacidade do movimento operário de formular uma alternativa operária à restauração do capitalismo constituiu uma outra debilidade importante, que também foi um aspecto da herança da ditadura burocrática. Esta fez de tudo para desacreditar o socialismo, não somente seu sistema de valores e idéias — ao qual os trabalhadores estavam bastante ligados — mas principalmente as instituições sociopolíticas necessárias para atualizá-los, especialmente aqueles referentes à planificação e à regulação estatal. Após a experiência do “socialismo” burocrático, os trabalhadores tiveram muita dificuldade em imaginar uma forma qualquer de planificação democrática. Toda forma de centralismo foi desacreditada, o que permitiu aos liberais identificar o “mercado livre” com a democracia.

b) um contexto internacional desfavorável

A incapacidade de formular sua própria análise da crise do antigo sistema e de apresentar uma alternativa coerente não se explica unicamente pela herança do passado. O regime burocrático na União Soviética não podia apresentar uma face socialista, que só seria possível se o socialismo (por definição democrático) tivesse existido em outras partes do mundo. Mas a crise explodiu em uma época em que não havia nenhum modelo socialista a ser seguido (os outros países do

“bloco comunista” ou eram ditaduras estagnadas ou estavam em vias de restaurar o capitalismo), assim como não havia mais movimentos socialistas efervescentes que pudessem inspirar os trabalhadores soviéticos. Em toda parte o movimento operário estava na defensiva. Era portanto difícil para os trabalhadores soviéticos recusar os argumentos liberais de que “o mundo inteiro optou pelo mercado”, sendo este o sistema “normal”.

As forças capitalistas russas contaram com o apoio ideológico, político e financeiro do capital internacional (G-7, FMI, Banco Mundial), mas tais aliados somente intervieram para apoiar o regime da “terapia do choque” nos momentos críticos. Por outro lado, o pouco de ajuda prestada pelo movimento operário internacional visava facilitar a adaptação dos sindicatos russos ao capitalismo. Pior ainda, a AFL-CIO, central sindical norte-americana, encorajou a cisão do movimento operário com o intuito de criar uma corrente afinada com o “sindicalismo de negócios” que apoiasse a “terapia do choque”.

A crise do sistema poderia ter conhecido uma saída diferente se ela tivesse ocorrido no contexto internacional do fim dos anos 60, época de um forte ascenso do radicalismo operário na Europa e de revoluções antiimperialistas no Terceiro Mundo. Era um período de revoltas operárias, como na Polônia e na Checoslováquia, que ocorreram sob a bandeira do socialismo autogestionário e democrático, e não do capitalismo de livre mercado. Mas o sistema soviético não havia ainda esgotado seu potencial econômico, e após tantos anos de destruição social e de repressão, a classe operária soviética se revelou muito frágil para se impor.

c) a “terapia de choque” e a crise econômica

A “terapia de choque” foi em grande parte concebida como um meio para conter toda resistência à restauração capitalista. Seus autores manifestaram constantemente sua preocupação em tornar a transição “irreversível”. No início, estava longe de ser evidente que os trabalhadores ficariam de braços cruzados. Os observadores de todas as tendências políticas previam uma “explosão social”.

Para evitar esta resistência era necessário criar rapidamente uma situação de insegurança profunda, antes que os trabalhadores tomassem consciência dos reais objetivos do governo. É preciso enfatizar que os trabalhadores russos vivenciaram uma total desorganização das relações sociais. De um dia para o outro, depararam-se com uma sociedade que desconheciam. Nos países ricos, foram necessários quase vinte anos para que os trabalhadores comesçassem a reagir, de maneira um pouco eficaz, a uma destruição muito menos importante.

A profundidade da depressão econômica na Rússia não tem precedente em qualquer outro país. Mais que qualquer outro fator, esta crise explica a incapacidade dos trabalhadores russos para desenvolver uma resistência eficaz. Além da insegurança econômica, a própria estrutura da classe operária foi transformada. A privatização relâmpago criou uma diferenciação profunda na

classe operária, até então relativamente homogênea. Isto, por sua vez, provocou uma reviravolta na capacidade dos trabalhadores de organizar ações coordenadas e solidárias. Em certas empresas, os trabalhadores se engajaram em longas greves, acompanhadas de atos de insubordinação civil, ao ponto de forçar o diretor da empresa a se demitir. Entretanto, estas lutas heróicas não impediram a deterioração de sua situação econômica. O problema fundamental é político, e somente um movimento em grande escala poderia ter impacto.

Os trabalhadores mais jovens e mais qualificados foram os elementos mais ativos no breve ascenso operário ocorrido durante o governo de Gorbachev. No entanto, estes foram os primeiros a abandonar as antigas empresas para tentar a sorte no novo setor privado, onde esperavam melhor sustentar suas famílias. Os trabalhadores mais velhos permaneceram nas empresas estatais, recentemente privatizadas, pois são em geral mais tímidos, menos adaptáveis, mais dependentes da administração. O envelhecimento da classe operária é menos acentuado fora das grandes cidades, onde existem poucas alternativas ao emprego nas fábricas herdadas do período soviético.

A crise também enfraqueceu os laços dos trabalhadores com suas empresas. Mesmo quando as empresas pagam os salários, o atraso e seu pequeno valor forçam os trabalhadores a quebrarem o galho, recorrendo às suas hortas ou procurando empregos secundários na economia informal. E isto diminui seu engajamento na defesa coletiva de seus interesses.

Os sindicatos

Os principais problemas do movimento sindical decorrem de uma série de paradoxos:

1. Embora a sindicalização se mantenha bastante elevada (mais de 75% dos assalariados são membros de um sindicato), o movimento sindical mostra-se incapaz de unificar a resistência operária. Há uma evidente falta de solidariedade.

2. Em contraposição ao período soviético, o poder nas organizações sindicais está bastante descentralizado e o Estado já não exerce mais influência direta sobre sua vida interna. Entretanto, a maior parte dos sindicatos continua sendo organizações burocratizadas, nas quais seus membros não se reconhecem.

3. Ainda que a "terapia de choque" tenha minado as bases tradicionais do corporativismo, o movimento sindical, com algumas exceções, não conseguiu firmar sua independência, frente à direção das empresas e ao Estado.

1. Uma solidariedade anêmica

No início de 1992, o Sindicato dos Trabalhadores das Montadoras de Automóveis e Máquinas Agrícolas (ASM), um sindicato industrial bem típico, computava 1.742.000 membros, ou seja, 98.6% dos empregados do setor. Após cinco anos de "terapia de choque", o número de membros caiu para 940 mil (um

declínio de 46%), o que representa ainda 91,9% dos empregados do setor.⁴ Dos 8,1% que abandonaram o sindicato “tradicional”, a metade aderiu a um dos novos sindicatos “alternativos”. Mas este alto índice de sindicalização, refletiu, em grande parte, simplesmente a falta de interesse do Estado e do patronato em realizar uma ofensiva contra sindicatos pouco ameaçadores.

Os dirigentes dos sindicatos “tradicionalistas” se apresentam como típicos intermediários entre a direção da empresa ou do governo e os trabalhadores. Frequentemente eles ameaçam com o espectro de uma “explosão social” em defesa de suas reivindicações, embora não tenham nenhuma intenção nem de organizar, nem de conduzir esta explosão.

Os sindicatos se mostram incapazes de unificar os trabalhadores. Com a pequena exceção dos mineiros do carvão, os sindicatos nacionais por setor caracterizam-se por uma descentralização extrema e por um baixo grau de solidariedade e de disciplina interna. O centro do poder está nos sindicatos locais de empresa. Isto representaria um progresso em relação a hipercentralização do passado, caso a maior parte dos sindicatos locais não tivesse se negado a delegar qualquer parte significativa de seu poder ou de seu dinheiro à organização nacional.

A problemática do subfinanciamento do sindicato nacional e da ausência de disciplina e solidariedade está regularmente no centro dos encontros nacionais do Sindicato ASM. Mas, na prática, toda uma série de resoluções ou de emendas estatutárias nada pôde resolver. Muitos sindicatos locais não enviam ao sindicato nacional sequer os míseros 4% de contribuição definidos estatutariamente. Eis um índice do baixíssimo grau de solidariedade.

É verdade que a crise econômica reduziu de forma dramática a renda dos sindicatos locais. No entanto, depois dos salários dos seus funcionários, grande parte do orçamento vai para a “ajuda material” aos membros em necessidade (para pagar medicamentos, operações, funerais, casamentos etc.) e para salários e outros gastos voltados para atividades sociais, culturais e esportivas. Certamente, podemos compreender o desejo dos dirigentes locais de sustentar seus membros empobrecidos. Mas esta é uma política míope que conduz a uma ação extremamente limitada, minando a capacidade do sindicato de atacar, em seu conjunto, os fatores políticos e econômicos que estão na origem do empobrecimento.

Assim, o Sindicato Nacional (ASM), reduziu o número de seus funcionários, de 26 empregados em 1992 para 11 em 1997, vendeu seu único automóvel, praticamente cancelou as viagens de seus dirigentes para fora de Moscou e cortou pela metade o número de reuniões nacionais. Daí resulta um círculo vicioso: o sindicato nacional não pode fornecer a necessária proteção aos sindicatos locais e isto, por sua vez, contribui para desacreditá-lo aos olhos dos dirigentes e membros locais.

4. Relatório do Presidente ao 3º Congresso. *A voz do sindicato*, 15/10/1997.

A ausência de dinheiro não é evidentemente o problema fundamental. Mesmo quando a questão não é dinheiro, os sindicatos locais, muitas vezes, ignoram a direção nacional, não enviam as cotizações, nem respondem às demandas de informação ou comentários sobre suas propostas. O jornal nacional do sindicato tem uma tiragem de apenas 4 mil exemplares, pois os sindicatos locais não respondem aos apelos para fazerem assinaturas.

De fato, é um pouco exagerado falar de um sindicato nacional. Este não passa de um escritório para transmitir e reunir informações. É verdade que ele representa os sindicatos locais no cenário internacional e que a Federação dos Sindicatos Independentes (FNPR) faz *lobbying* para eles junto ao governo. Mas não existe estratégia nacional, nem uma ação coordenada entre os sindicatos membros.

A convenção coletiva setorial, uma instância que estabelece as normas mínimas para as convenções negociadas dentro das empresas, não tem quase nenhuma influência sobre as negociações locais. O desnível salarial entre as empresas é grande e nas discussões sobre as jornadas de protestos organizadas pela FNPR, o comitê central do sindicato (composto de representantes das regiões e de grandes empresas) decidiu deixar a cargo de cada sindicato local o poder de decidir se quer ou não fazer a greve, pois nos lugares onde, no momento da greve, a empresa funciona mais ou menos bem, o sindicato não se dispõe a aderir às paralisações.

2. Descentralização sem democracia

A redistribuição do poder no seio das hierarquias sindicais tem beneficiado principalmente os presidentes dos sindicatos locais e muito pouco os membros da base. Em muitas empresas, as reuniões sindicais tornaram-se raridade. O mesmo ocorre com a prestação de contas da direção sindical à base. A escolha dos delegados para conferências sindicais das empresas permanece, freqüentemente, uma simples questão de formalidade e, entre eles, os gestores e os quadros técnicos são super-representados. A insegurança e a atmosfera geral de desrespeito à lei reforçam o poder da direção da empresa e impedem a livre discussão, sobretudo quando o diretor e seus adjuntos dominam a reunião a partir da presidência.

Mas, além do medo, os trabalhadores consideram que seus esforços seriam inúteis, pois as derrotas e as traições já experimentadas os têm levado à descrença e à desilusão.⁵

Se a crise não favorece o ativismo, os dirigentes, tampouco preocupam-se em encorajá-lo. Isso resulta, em parte, de sua subordinação à direção da empresa. Porém, mesmo quando um dirigente independente é levado à direção do sindicato por uma mobilização espontânea da base, ele raramente procura consolidá-la. Com o passar

5. Sobre a atmosfera que reina nas fábricas, ver os dois artigos de Maksimov, B. "Letters from the Kirov Factory". In: Mandel, D. (org.) (1996). *The former "state socialist" world and looking east leftwards*. Montreal, Black Rose Press.

do tempo, os trabalhadores novamente voltam a olhar o sindicato como algo que lhes é estranho. Não há tradição na “construção” de um movimento sindical.

A falta de democracia no âmbito local é a causa principal da falta de responsabilidade das instâncias superiores do sindicato frente à base. Os dirigentes regionais e nacionais refletem muito bem as posições dos dirigentes locais, mas não necessariamente as dos membros comuns, que mal sabem da existência das instâncias sindicais superiores. Frequentemente, estas são constituídas a partir dos funcionários permanentes dos sindicatos da empresa. Isso permite que os gastos com liberação de trabalhadores para participarem das reuniões sejam de responsabilidade dos sindicatos locais, mas afasta a participação dos militantes de base, enfraquecendo assim a capacidade das instâncias superiores de representar o seu estado de espírito. Isto tende, portanto, a reduzir a legitimidade das decisões tomadas nestes níveis, o que ajuda a explicar porque as decisões tomadas pelas instâncias nacionais são debilmente aplicadas localmente.

3. A “parceria social”

Os dirigentes sindicais em todos os níveis aderem amplamente a esta ideologia, que reflete uma política que pretende que os interesses dos trabalhadores sejam, antes de tudo, ligados aos de “sua” empresa e, muito secundariamente, aos interesses dos trabalhadores de outras empresas e setores. Teoricamente, a expressão é utilizada simplesmente em referência a um sistema de convenções coletivas negociadas em diversos níveis. Entretanto, os dirigentes sindicais tendem a vê-las muito mais que um arranjo técnico e legal para regular os conflitos. Na forma, eles falam da necessidade de manifestar a autoridade sindical a fim de que os patrões e o Estado os aceitem como parceiros; de fato, eles consideram a parceria uma varinha mágica que pode eliminar as contradições fundamentais entre os trabalhadores, de um lado, e os patrões e o Estado, de outro. Esta varinha mágica os desobrigaria portanto da responsabilidade de organizar as lutas, de mobilizar e de educar a base.

No fundo, esta é a velha prática corporativa camuflada pelo jargão do mercado. Segundo o presidente de um comitê sindical do departamento da Fábrica de Automóveis de Gorky, “talvez existam pessoas que gostariam que o sindicato se colocasse de um lado e a direção de outro. Mas, graças a Deus, não há nada parecido entre nós. Nós vivemos em família, nós dependemos um do outro. Em breve, os negócios das empresas irão bem, e isso significa que a organização sindical também ficará bem: ela pode subvencionar financeiramente as férias de um grande número de membros, oferecer ajuda material, etc. Todos juntos, nós formamos uma equipe e esta inclui a administração, os dirigentes sindicais e os trabalhadores da base”. Por iniciativa do diretor, o sindicato ressuscitou a “emulação socialista”, rebatizada de “competição do trabalho”, a fim de encorajar a produtividade e a qualidade.⁶

6. *A Voz do Sindicato*, março/abril de 1996.

Isto não é diferente no plano nacional. A conferência das indústrias de máquinas, organizada em 4 de junho de 1997 pelos três sindicatos do setor (incluindo o ASM), reuniu os dirigentes sindicais e os diretores da empresa. Numa longa série de intervenções, a política econômica do governo foi severamente condenada. Uma resolução, adotada por unanimidade, propôs ao governo medidas de urgência para salvar o setor. Mas a resolução destacou que, “ao mesmo tempo, o reforço da disciplina e o aumento da produtividade do trabalho, a economia dos recursos materiais e técnicos e a redução das cotas de produção, deveriam também desempenhar um papel importante nos esforços redobrados para superar a crise”. Ninguém, aparentemente, considerou que os trabalhadores e a direção das empresas poderiam ter pontos de vista contraditórios para atingir esses objetivos.

Outra resolução “sobre as ações conjuntas dos patrões e dos sindicatos” reconhece os sindicatos “como os parceiros nos benefícios sociais entre os gerentes e os trabalhadores assalariados do setor” e recomenda aos gerentes criar condições para facilitar a ação sindical. Esta resolução, finalmente adotada por unanimidade, provocou um debate sobre dois pontos. O primeiro conclamava a união dos “esforços” da direção para salvar o setor com os “esforços” dos sindicatos em “luta” pelos direitos e os interesses dos trabalhadores. Um dos diretores se opôs à palavra “luta”, que foi suprimida. Um outro ponto que provocou algumas objeções do lado sindical foi assim redigido: “Os participantes da conferência exigem das partes não recorrer a métodos extremos para resolver os conflitos de trabalho — greves e atos de desobediência civil”. Este ponto foi aprovado exatamente assim.

Esta conferência reforçou a recusa das direções sindicais de analisar, separadamente, os respectivos interesses dos assalariados e dos patrões, assim como a vontade de subordinar os interesses dos trabalhadores aos da direção da empresa, objetivando assegurar a cooperação desta. Não se trata de condenar, em princípio, toda aliança tática com a direção. Mas esta aliança deve se basear em uma análise independente dos interesses em jogo e em nenhum caso o sindicato deveria conceder sua independência organizacional e política, prática corrente na Rússia.

A “parceria social” também se aplica às relações com o Estado. Um dos aspectos mais impressionantes da conferência foi a ausência de qualquer discussão sobre as formas de pressão a adotar, o que deu uma aparência de irrealidade ao encontro. A direção sindical considera a política governamental antes “mal fundamentada” e necessitando de “correções” do que conscientemente anti-popular e criminosa.

O atrativo da “parceria” se explica em parte pela desmobilização da base sindical: os dirigentes consideram não terem o apoio necessário para enfrentar a direção da empresa ou o governo. Mas, uma vez que nem tentam mobilizar os trabalhadores e elaborar uma estratégia alternativa, isto se torna uma conjectura que se alimenta de si mesma.

Um outro fator é a corrupção, incentivada pela pobreza. Não é raro que um presidente de sindicato local se torne auxiliar do pessoal ou dos serviços sociais

da administração. A grande maioria dos presidentes locais são engenheiros que conservam ainda as perspectivas, herdadas do período soviético, de carreira na hierarquia administrativa. Os raros presidentes de sindicatos locais que vieram do meio operário foram geralmente eleitos por uma onda de mobilizações espontânea da base. É evidente que não se deve idealizar os dirigentes dos sindicatos de origem operária, mas eles, em geral, são mais independentes e decididos.

Os sindicatos alternativos

Estes sindicatos, formados na época da Perestroika, expressam o descontentamento com a política conciliatória dos sindicatos ditos tradicionais. Rejeitam a parceria e, geralmente, são mais democráticos — seus dirigentes têm necessidade de uma base ativa contra a administração. Ainda que a crise tenha moderado um pouco sua militância, eles permanecem mais determinados a afrontar a administração.

Entretanto, o crescimento do número de seus adeptos tem sido bastante moderado. Onde eles estão presentes só conseguiram atrair para suas fileiras uma minoria de trabalhadores. E foi somente em algumas categorias estratégicas, como as de condutores de trens, controladores de tráfego aéreo, pilotos e trabalhadores portuários, que conseguiram a adesão de uma maioria.

O limitado atrativo destes sindicatos se explica pelas mesmas condições que tornaram tão difícil a reforma dos sindicatos tradicionais. Mas uma parte dos trabalhadores ativos, embora insatisfeitos com os sindicatos tradicionais, preferiu ali permanecer neles, rejeitando a estratégia separatista dos sindicatos alternativos. Os fundadores dos sindicatos alternativos afirmam que é impossível reformar por dentro os velhos sindicatos. Entretanto, alguns destes sindicatos foram objeto de reformas fundamentais em seguida a uma mobilização de suas bases. Se tais casos são raros, é porque a base geralmente permanece passiva.

Uma importante fragilidade dos sindicatos alternativos tem sido a recusa em participar da luta política. Seus dirigentes afirmam que sua tarefa é apenas lutar contra a direção da empresa. Mas a grande maioria dos trabalhadores é de opinião que, qualquer que seja a responsabilidade da direção da empresa, o inimigo principal é o governo. Na prática, os dirigentes dos sindicatos alternativos têm apoiado *leltsin* em todas as fases críticas de sua epopéia "democrática". Assim, paradoxalmente, a insistência na independência frente à administração da empresa não se conjuga com uma aspiração de independência de classe no âmbito político.

Tendências recentes das lutas

Paguem nossos salários! Com esta reivindicação central, senão única, o movimento operário dos últimos anos construiu sua própria fraqueza. A despeito do declínio catastrófico do salário real, os trabalhadores raramente reivindicam o

seu aumento. É claro que outras reivindicações são feitas: a demissão do governo e do presidente, a mudança da política econômica e mesmo modificações na Constituição para permitir o controle democrático do governo. No entanto, imediatamente após o pagamento dos salários, estas reivindicações políticas são rapidamente esquecidas.

A principal tática do governo foi dar dinheiro aos grupos de trabalhadores que, naquele momento, lhe pareciam mais ameaçadores. E, mesmo sendo óbvio que o problema ressurgirá, a tática tem sido, em geral, suficiente para sufocar o protesto. Assim, a greve quase geral dos mineiros, em fevereiro de 1996, a mais massiva da história de Rofugleprof, com meio milhão de participantes, terminou assim que as empresas começaram a depositar os salários. Como era de se prever, a situação dos mineiros continuou a se degradar e a mobilização massiva foi dispersada.⁷

Se as reivindicações políticas são facilmente abandonadas, as pesquisas mostram que a massa da população aponta o governo como sendo hostil ao povo e considera a ordem social como totalmente injusta.⁸ Para mudar isto é preciso um movimento organizado em escala nacional e dotado de uma estratégia clara. Entretanto, a verdadeira função das jornadas nacionais de protesto da Federação Independente dos Sindicatos Russos (FNPR) parece ser a de acalmar os trabalhadores, enquanto finge lutar por eles. O presidente desta Federação, aliás, nunca escondeu sua rejeição a toda estratégia que leve a um enfrentamento direto com o governo, alegando que a Federação poderia perder seu estatuto legal,⁹ o que levou os militantes a se perguntarem para que serve a preservação deste estatuto se o seu preço é a impotência.

Quanto ao Partido Comunista, de longe o mais importante da "esquerda" (uma esquerda verdadeiramente socialista está atomizada), é um partido puramente parlamentar com fortes traços nacionalistas e de chauvinismo grão-russo. Nas suas ações, ele tem sempre adotado uma política relativamente conciliatória frente ao regime de Ieltsin e, no momento, apoia abertamente o governo, mesmo se dizendo contrário ao "regime".

A renúncia à liderança por parte das instâncias centrais do movimento sindical, uma verdadeira traição, é um sério obstáculo ao desenvolvimento de uma resistência eficaz. Os elementos ativos nas empresas e no âmbito regional são ainda poucos numerosos e insuficientemente organizados para poder influenciar a direção nacional.

A base sindical sofre de um sentimento de impotência que se reflete nas diversas formas de protesto: o piquete nos edifícios governamentais sem tentar

7. Ver Borisov, V. and Clarke, S. (1996). "The russian miners' strike of february 1996". *Capital and Class*, nº 59.

8. Zolotykh, A. e Roukavichnikov, VI. (1997). "Liberdade há, mas não ficou melhor para nós". *Rossiiskaya Federatsiya*, nº 5.

9. *Solidarnost*, nº 12, 1995.

bloquear o seu acesso, as marchas de longas distâncias, as greves de fome e mesmo o suicídio. Estas táticas não acarretam prejuízo material ao governo. Seu alvo é, antes de tudo, exercer uma pressão moral sobre um regime corrupto até a medula e que sempre manifesta o maior desprezo para questões desta ordem.

Mas os últimos sete anos não foram marcados unicamente pelos recuos. Um número importante de trabalhadores pôde adquirir uma preciosa experiência de luta coletiva. Esta experiência produziu uma compreensão mais clara quanto ao caráter do Estado e da nova sociedade, assim como dos interesses dos trabalhadores e de sua força potencial. Estas lutas permitiram, igualmente, uma certa renovação, ainda que muito parcial, da direção sindical no âmbito das empresas. Os elementos mais ativos da base sindical procuram intensamente novos meios para superar a fraqueza do movimento.

Frente à ineficácia da pressão econômica no âmbito da empresa, observa-se crescimento o número de atos de desobediência civil sob a forma de bloqueios de ruas, de pontes ou de estradas de ferro, ocupações ou invasões dos edifícios da direção da empresa ou do governo etc. Eles "atraem a atenção" das autoridades, inclusive daquelas indiferentes à situação dos trabalhadores, resultando, pelo menos, no pagamento de parte dos salários atrasados.

O recurso à desobediência civil testemunha a emergência de uma perspectiva mais independente e mais segura no meio operário. Isto mostra que os trabalhadores estão dispostos a se libertar das atitudes servis herdadas do passado e a elevar o sentimento de dignidade no meio operário. A participação nas lutas coletivas, sobretudo naquelas coroadas de sucesso, transforma os trabalhadores e leva freqüentemente à transformação do sindicato local em organização independente e combativa. É possível, portanto, que uma massa crítica se acumule eventualmente no âmbito local, abrindo o caminho para a reforma das instâncias superiores.

Também ocorre uma certa tendência a ir além da simples reivindicação do pagamento salarial e a formular exigências que limitem o poder da direção da empresa, sobretudo a exigência de fiscalização sobre suas finanças e/ou o seu controle operário. Às vezes também se exige nacionalização da empresa. Isto mostra que os trabalhadores estão dispostos a superar a atitude resignada diante da privatização. Na cidade de Yaroslav, após uma série de greves e outras ações de protesto, inclusive o bloqueio de uma ponte, os trabalhadores de quatro fábricas de motores conseguiram forçar o governador a negociar um programa de investimento.

Mas o problema central continua sendo a política do governo nacional, um problema cuja solução requer uma coordenação das lutas em grande escala. Há indícios de que a solidariedade operária se intensifica. O comitê conjunto de greve de quatro empresas de Yaroslav é um bom exemplo. Em julho de 1998, ele tomou a iniciativa de formar um comitê de greve regional. Em seguida a uma série de ações militantes, em parte ilegais, lançou um apelo a todas as empresas e organizações oposicionistas, nas regiões em torno de Moscou, para que enviassem delegados a uma conferência em 23 de setembro de 1998. O objetivo era discutir

a preparação de uma greve geral com a proposta de bloquear, eventualmente, todas as vias de transporte que levem a Moscou. As reivindicações diziam respeito à demissão de Ieltsin, às mudanças da política econômica e social, assim como à melhoria da Constituição, para pôr fim ao absolutismo presidencial e permitir o controle democrático do governo.

O comitê de greve regional em Yaroslav (há casos análogos em outros lugares, porém mais modestos) inspirou-se, em parte, na ação dos mineiros, que, em maio de 1998, bloquearam, simultaneamente, as estradas de ferro em três regiões. Este protesto terminou em um acordo com o governo, o qual, como de hábito, não respeitou seus compromissos. Os mineiros têm, às vezes, enviado delegados a Moscou para “preparar os piquetes” em frente ao edifício principal do governo, onde organizaram um acampamento.

Este acampamento tornou-se uma inspiração e um lugar de peregrinação para todos os militantes do movimento operário. Assim, cerca de 300 mineiros acamparam na “Casa Branca” até o início de outubro para reivindicar a demissão do presidente, uma mudança da política econômica e a renacionalização do setor de carvão. Eles explicam que seu objetivo principal era reunir outros setores da classe operária a fim de criar um movimento suficientemente poderoso para forçar uma mudança de regime.

No início do mês de setembro, os militantes do acampamento discutiram a criação de um comitê de greve nacional. Mas a direção do seu sindicato, o NPG (Sindicato Independente dos Mineiros) negociou logo um acordo puramente econômico com o governo. Sem consultar os mineiros acampados, ela anunciou o fim do “piquete”, e isto ocorreu apenas alguns dias antes da jornada nacional de protesto de 7 de outubro.

Apesar disso, este protesto foi o mais massivo desde 1992. Em Yaroslav, sem dúvida a vanguarda do movimento, 25 mil trabalhadores e trabalhadoras ocuparam o prédio do governo regional, forçando-o a apoiar suas reivindicações e enviá-las à Moscou. No dia seguinte, várias centenas de trabalhadores bloquearam a estrada de ferro por três horas, apesar da presença massiva das forças de segurança. Em seguida a estes atos, o governo, antes um aliado fiel a Ieltsin, colaborou de uma forma bem harmoniosa com o movimento operário da cidade. Uma parte importante dos seus sindicatos industriais, sob a influência dos comitês de greves eleitos pela base, transformou-se em organizações de luta independentes.

O movimento operário está, no momento, em um período de desenvolvimento qualitativo. A solidariedade se reforça. As formas variadas de luta são indícios de um espírito inovador. As reivindicações políticas são cada vez mais ampliadas. A mudança de governo logo após o *crash* financeiro de agosto de 1998 não parece ter impressionado muito os trabalhadores, mesmo que a direção nacional dos sindicatos e o Partido Comunista tenham depois abandonado qualquer aparência de oposição ao governo.

Mas o movimento operário não jogará um papel determinante na saída da crise do regime neoliberal. Antes de tudo, falta-lhe um programa próprio e claro, assim como um partido operário para o realizar. A solidariedade e a coordenação estão ainda muito débeis. São ainda poucos os trabalhadores capazes de conceber um poder democrático com a sua participação ativa e sob o controle do povo. Os velhos hábitos e o sentimento de impotência permanecem difundidos e poderão levar setores importantes da classe operária a apoiar um “líder forte”, ainda que, no momento, ninguém se apresente no horizonte visível.

O período atual é de acumulação de forças e de preparação de novos líderes que poderão eventualmente assumir a direção de um novo ascenso operário. Mas parece que este ascenso deverá esperar o início de uma retomada econômica, o que não é para amanhã.

Para concluir, é preciso sublinhar que, apesar das condições extremamente desfavoráveis, a resistência operária nunca cessou. Este não é o caso do restante da sociedade russa, que permanece quase totalmente passiva, inclusive as forças armadas, outrora tão temidas. Ainda que o movimento operário evolua muito lentamente na superação de seus desafios, os saltos qualitativos não estão excluídos, principalmente se a classe operária de outras regiões do mundo derem o exemplo.